

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.223.615 - SP  
(2017/0326810-0)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**EMBARGANTE** : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PROCURADOR** : ISO CHAITZ SCHERKERKEWITZ E OUTRO(S) - SP106675  
**EMBARGADO** : HOSPITAL E MATERNIDADE SAO MARCOS LTDA  
**ADVOGADO** : VALMIR TAVARES DE OLIVEIRA - SP124328

**DECISÃO**

Trata-se de Embargos de Declaração, opostos pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, contra decisão de minha lavra, que, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, **conheceu do Agravo e deu parcial provimento ao Recurso Especial**, para anular o acórdão recorrido e determinar que o Tribunal de origem, considerando o prazo do art. 1º do Decreto 20.910/32, analise a alegada prescrição aduzida na Apelação Cível (fls. 870/873e).

Em suas razões, alega a embargante o seguinte:

"A decisão embargada incorreu em omissão ao dar provimento ao REsp do Hospital e Maternidade São Marcos LTDA, deixando de considerar dois óbices ao conhecimento do recurso: (i) intempestividade; e (ii) incidência das Súmulas 207/STJ e 281/STF.

O REsp do Hospital deve ser considerado intempestivo. O acórdão estadual que rejeitou EDcl foi publicado em 18.05.2015 (e-STJ Fl. 666), de modo que o termo inicial do prazo de 15 dias úteis foi 19.05.2015 e o termo final 08/05/2015.

O REsp foi interposto apenas em 09.06.2015 (e-STJ Fl. 679), sem, contudo, comprovar a existência de eventual feriado local no período (e-STJ Fl. 681).

Portanto, o REsp deverá ser considerado intempestivo, visto que a Corte Especial do STJ firmou, em 20.11.2017, que a falta de comprovação prévia da tempestividade de recurso, em razão de feriado local, configura vício insanável e torna o recurso intempestivo.

(...)

Além disso, a Súmula 207/STJ obsta o conhecimento do REsp, que foi interposto quando cabíveis embargos infringentes, já que o acórdão estadual não foi unânime quanto ao afastamento da prescrição.

O voto vencido entendeu que a maior parte dos valores cobrados na ação regressiva estavam prescritos (e-STJ Fl. 643, 2º parágrafo). Já os votos vencedores afastaram a prescrição, tendo havido menção expressa à possibilidade da interposição de embargos infringentes

(e-STJ Fl. 639, penúltimo parágrafo).

Assim, a Súmula 281/STF também incide na hipótese, pois, não tendo sido interpostos embargos infringentes contra o acórdão estadual, não houve esgotamento da instância ordinária" (fls. 878/879e).

A irresignação não merece acolhida.

De início, nos termos do art. 1.022 do CPC vigente, os Embargos de Declaração são cabíveis para "esclarecer obscuridade ou eliminar contradição", "suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento" e "corrigir erro material".

Não obstante a orientação acerca da natureza recursal dos Declaratórios, singularmente, não se prestam ao rejugamento da lide, mediante o reexame de matéria já decidida, mas apenas à elucidação ou ao aperfeiçoamento do **decisum**, em casos, justamente, nos quais eivado de obscuridade, contradição, omissão ou erro material. Não têm, pois, de regra, caráter substitutivo ou modificativo, mas aclaratório ou integrativo.

**In casu**, ao contrário do que pretende fazer crer a parte embargante, a decisão está suficientemente fundamentada, uma vez que o acórdão recorrido apreciou todas as questões referentes a aplicação do prazo prescricional quinquenal nas ações indenizatórias ajuizadas contra a Fazenda Pública.

Registre-se que a partir da vigência do CPC/2015, a comprovação da ocorrência de feriado local, para fins de aferição da tempestividade do recurso, deve ser realizada no momento de sua interposição, não se admitindo a comprovação posterior.

Assim sendo, não procede a alegação de intempestividade do Recurso Especial, uma vez que a parte ora embargada comprovou a suspensão do prazo recursal, em virtude de feriado local, quando da interposição do apelo, por meio do documento de fls. 731e.

A propósito:

**"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. INTEMPESTIVIDADE. FERIADO LOCAL. COMPROVAÇÃO POSTERIOR. IMPOSSIBILIDADE. ART. 1.003, § 6º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. NOVO REGRAMENTO PROCESSUAL EXPRESSO.**

1. É intempestivo o recurso especial interposto após o prazo de 15 (quinze) dias previsto nos artigos 219 e 1.003, § 5º, do Código de Processo Civil de 2015.

2. **Nos termos do parágrafo 6º do art. 1.003 do CPC/2015, para fins de aferição de tempestividade, a ocorrência de feriado local deverá ser comprovada, mediante documento idôneo, no ato da interposição do recurso.**

**3. A interpretação literal da norma expressa no § 6º do art. 1.003 do CPC/2015, de caráter especial, sobrepõe-se a qualquer interpretação mais ampla que se possa conferir às disposições de âmbito geral insertas nos arts. 932, parágrafo único e 1.029, § 3º, do citado diploma legal.**

4. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.626.179/MT, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 23/03/2017).

Ademais, não procede o pleito de incidência da Súmula 207/STJ, no caso concreto. Com efeito, a sentença afastou a tese de prescrição da pretensão condenatória. O acórdão recorrido, por sua vez, por maioria, manteve integralmente a sentença no tocante à matéria objeto do presente Recurso Especial, qual seja, discussão do prazo prescricional aplicável nas ações indenizatórias ajuizadas contra a Fazenda Pública, tendo modificado a sentença apenas em relação ao cálculo da correção monetária.

Nesse contexto, não procede a alegação de ausência de esgotamento das instâncias ordinárias, uma vez que, segundo a jurisprudência desta Corte, ocorrendo reforma apenas parcial da sentença, não cabem Embargos Infringentes quanto à matéria em torno da qual se manteve o juízo de procedência ou de improcedência.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. EMBARGOS INFRINGENTES. CABIMENTO. INTELIGÊNCIA DO ART. 530 DO CPC. REFORMA PARCIAL DA SENTENÇA PELO ACÓRDÃO QUE JULGOU A APELAÇÃO. DESCABIMENTO DE EMBARGOS QUANTO À MATÉRIA EM TORNO DA QUAL SE FORMOU A DUPLA CONFORMIDADE. ADEMAIS, NÃO SE ENCONTRA PRESENTE O REQUISITO DA NÃO UNANIMIDADE. TANTO O VOTO DO RELATOR QUANTO O VOTO DIVERGÊNCIA SÃO CONTRÁRIOS À PRETENSÃO FAZENDÁRIA.

1. Não se conhece do Recurso Especial em relação à ofensa ao art. 535 do CPC quando a parte não aponta, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF.

**2. A Lei 10.352, de 26.12.2001, porém, dando nova redação ao art. 530 do CPC, restringiu as hipóteses de cabimento dos Embargos, passando a exigir, para sua admissão; a) que tenha havido reforma de sentença de mérito e b) que tal reforma tenha sido decorrente de julgamento por não-unânime.**

3. *In casu*, a sentença foi totalmente improcedente, determinando que para fins de cômputo da correção monetária devem ser utilizados os parâmetros anteriores ao advento da Lei 11.960/09, aplicando-se o

IPCA-E. Assim, em rigor, o acórdão desta Corte, por maioria, manteve integralmente a sentença no tocante ao objeto específico deste recurso, é dizer, a não aplicação da Lei 11.960/2009 no que diz respeito à correção monetária após 26/03/2015.

4. Com efeito, a Turma, é verdade, reformou parcialmente a sentença, mas estabeleceu que a correção monetária, a partir de 26/03/2015, observará a incidência do IPCA- E. O voto vencido fixou que a correção monetária deveria se dar pela TR, mesmo após o referido marco. Não foi o voto vencido - que o embargante pretende fazer prevalecer - coincidente com a sentença. Pelo contrário. O voto vencido reformava a decisão monocrática ainda em maior extensão.

**5. Ocorrendo reforma apenas parcial da sentença, não cabem Embargos Infringentes quanto à matéria em torno da qual se manteve o juízo de procedência ou de improcedência.**

6. Recurso especial não provido" (STJ, REsp 1.605.636/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 06/10/2016).

Deve-se ressaltar que os Embargos de Declaração não constituem veículo próprio para o exame das razões atinentes ao inconformismo da parte, tampouco meio de revisão, rediscussão e reforma de matéria já decidida.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECLAMAÇÃO. RESOLUÇÃO STJ N. 12/2009. OMISSÃO. ACOLHIMENTO.

**1. Os embargos de declaração são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, bem como quando há erro material a ser sanado.**

2. Embargos declaratórios acolhidos sem efeitos infringentes" (STJ, EDcl nos EDcl na Rcl 28.977/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 11/03/2016).

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. HIPÓTESES DO ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE.

**1. Os embargos de declaração apenas são cabíveis para sanar omissão, contradição ou obscuridade do julgado recorrido, admitindo-se também esse recurso para se corrigir eventuais erros materiais constantes do pronunciamento jurisdicional.**

**2. No caso, está evidenciado o intuito do embargante em rediscutir a matéria já integralmente decidida pelo órgão judicial recorrido, o que não se admite nos estreitos limites do art. 535 do CPC.**

3. Embargos de declaração rejeitados" (STJ, EDcl no AgRg nos EAREsp 540.453/RS, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal Convocada do TRF/3ª Região), PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 04/03/2016).

Pelo exposto, à míngua de vícios, **rejeito** os Embargos Declaratórios.

I.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES

Relatora

